

MARLON **TOMAZETTE**

CURSO DE  
**DIREITO**  
**EMPRESARIAL**

**1** **TEORIA GERAL E**  
**DIREITO SOCIETÁRIO**

10ª edição  
revista e atualizada  
2019

saraiva 

ISBN 978-85-53602-60-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Tomazette, Marlon

Curso de direito empresarial : teoria geral e direito societário – volume 1 / Marlon Tomazette. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito empresarial 2. Direito empresarial - Brasil I. Título.

18-1060

CDU 34:338.93(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito empresarial	34:338.93(81)
2. Direito empresarial : Brasil	34:338.93(81)

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Iris Ferrão**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolari**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteado  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão**Novos projetos** Fernando Alves**Diagramação e revisão** Casa de Ideias**Capa** Daniel das Neves**Produção gráfica** Marti Rampim**Impressão e acabamento** Sergio Luiz Pereira Lopes  
Brasilform Editora e Ind. Gráfica**Data de fechamento da edição: 7-11-2018**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605139 CAE 630547



# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Apresentação</i> .....	29

## PARTE I

### TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

<b>Capítulo 1 – Evolução histórica do direito comercial</b> .....	33
1    O comércio.....	33
2    Histórico do direito comercial.....	34
2.1    Sistema subjetivo.....	35
2.2    Sistema objetivo.....	38
2.2.1    Os atos de comércio.....	39
2.2.2    A crise do sistema objetivo.....	41
2.3    O sistema subjetivo moderno.....	42
<b>Capítulo 2 – O “novo” direito comercial/empresarial</b> .....	44
1    Conceito do “novo” direito comercial/empresarial.....	44
2    Divisão do direito empresarial.....	46
3    Fontes do direito empresarial.....	47
3.1    A lei.....	49
3.2    Costumes.....	50
3.3    Princípios gerais de direito.....	51
<b>Capítulo 3 – Autonomia do direito empresarial</b> .....	53
1    Direito privado .....	53
2    Dicotomia do direito privado.....	54
3    Autonomia do direito empresarial.....	55
3.1    Opinião contrária à autonomia.....	56
3.2    Opinião favorável à autonomia do direito comercial.....	58
4    A autonomia do direito empresarial: método, a princípios e objeto próprio .....	60

<b>Capítulo 4 – A empresa</b> .....	64
1   Âmbito do direito empresarial.....	64
2   Conceito econômico de empresa.....	64
3   A teoria dos perfis de Alberto Asquini.....	65
4   O que é a empresa?.....	67
4.1   Atividade.....	67
4.2   Economicidade.....	68
4.3   Organização.....	68
4.4   Finalidade.....	69
4.5   Dirigida ao mercado.....	70
5   Natureza jurídica da empresa.....	70
<b>Capítulo 5 – Do empresário</b> .....	72
1   Empresário.....	72
1.1   A economicidade.....	73
1.2   A organização.....	73
1.3   Profissionalidade.....	74
1.4   Assunção do risco.....	75
1.5   Direcionamento ao mercado.....	75
2   Exclusão do conceito de empresário.....	76
3   O empresário individual.....	77
3.1   Capacidade.....	77
3.2   O empresário incapaz.....	79
3.2.1   A continuação da atividade.....	79
3.2.2   A limitação dos riscos.....	80
3.3   Proibições.....	81
3.4   Empresário individual casado.....	83
4   A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	84
4.1   Objetivo da criação da EIRELI – a limitação da responsabilidade como incentivo ao exercício da atividade empresarial.....	85
4.2   As técnicas de limitação dos riscos no exercício individual da empresa.....	86
4.2.1   As sociedades unipessoais.....	87
4.2.2   O patrimônio de afetação.....	87
4.2.3   Uma nova pessoa jurídica.....	89
4.3   A opção brasileira para limitação de responsabilidade no exercício individual da empresa.....	90
4.4   Quem pode constituir uma EIRELI?.....	91
4.4.1   Pessoa jurídica pode constituir a EIRELI?.....	92
4.5   Como é constituída a EIRELI?.....	93
4.5.1   Capital social.....	94

4.5.2	Nome.....	96
4.5.3	Administração da EIRELI.....	96
4.5.4	Direitos, deveres e responsabilidades do titular da EIRELI.....	97
4.5.5	Transferência da titularidade e extinção da EIRELI.....	98
5	Das sociedades empresárias.....	99
6	Os empresários rurais.....	99
<b>Capítulo 6 – Regime empresarial.....</b>		<b>100</b>
1	Do regime empresarial.....	100
2	Do registro de empresas.....	100
2.1	Órgãos do sistema.....	101
2.2	Atos do registro das empresas.....	101
2.2.1	Matrícula.....	101
2.2.2	Arquivamento.....	102
2.2.3	Autenticação.....	103
2.3	Obrigação de manutenção do registro e a inatividade empresarial.....	103
3	Escrituração.....	104
3.1	Princípios da escrituração.....	104
3.1.1	Uniformidade temporal.....	105
3.1.2	Fidelidade.....	105
3.1.3	Sigilo.....	105
3.2	Livros.....	106
3.2.1	Livros obrigatórios.....	106
3.2.2	Livros facultativos.....	107
3.2.3	Livros especiais.....	107
3.3	Força probatória da escrituração.....	108
3.4	Exibição dos livros.....	108
3.5	Da guarda da escrituração.....	110
4	Demonstrações contábeis.....	110
<b>Capítulo 7 – Auxiliares do empresário.....</b>		<b>111</b>
1	Dos auxiliares do empresário.....	111
2	Dos prepostos em geral.....	112
2.1	O contrato de preposição.....	112
2.2	O personalismo da relação.....	113
2.3	Da vinculação do preponente.....	113
2.4	Do dever de lealdade.....	114
3	Dos gerentes.....	115
3.1	Conceito.....	115
3.2	Dos poderes.....	116
3.3	Da vinculação do preponente.....	117

4	Do contabilista.....	118
5	Dos contratos de colaboração.....	119
5.1	Contratos de colaboração por intermediação.....	119
5.2	Contratos de colaboração por aproximação.....	120
<b>Capítulo 8 – Estabelecimento empresarial.....</b>		<b>122</b>
1	Do estabelecimento empresarial: noções gerais.....	122
1.1	Conceito.....	122
1.2	Terminologia.....	123
1.3	Estabelecimento × patrimônio do empresário.....	124
1.4	Estabelecimento virtual ou digital.....	125
2	Natureza jurídica.....	126
2.1	O estabelecimento como pessoa jurídica.....	126
2.2	O estabelecimento como patrimônio autônomo.....	127
2.3	O estabelecimento como negócio jurídico.....	127
2.4	O estabelecimento como bem imaterial.....	128
2.5	O estabelecimento como organização.....	128
2.6	Teorias atomistas.....	129
2.7	O estabelecimento como universalidade de direito.....	129
2.8	O estabelecimento como universalidade de fato.....	130
3	Direito real ou direito pessoal?.....	131
4	Elementos integrantes do estabelecimento.....	134
4.1	Imóveis.....	134
4.2	O ponto empresarial.....	135
4.3	O trabalho.....	137
5	O aviamento.....	138
6	A clientela.....	139
6.1	Cessão de clientela.....	140
<b>Capítulo 9 – Negócios sobre o estabelecimento empresarial.....</b>		<b>142</b>
1	O estabelecimento enquanto objeto de negócios jurídicos.....	142
2	Forma.....	142
3	Publicidade.....	144
4	Alienação do estabelecimento.....	145
4.1	Condições de eficácia da alienação.....	145
4.2	Os débitos.....	146
4.2.1	Débitos tributários.....	147
4.2.2	Débitos trabalhistas.....	148
4.2.3	Processos de falência e de recuperação judicial.....	149

4.3	Os créditos.....	150
4.4	Os contratos.....	152
4.5	Cláusula de não restabelecimento.....	154

<b>Capítulo 10 – Sinais distintivos na atividade empresarial: nome empresarial e título de estabelecimento.....</b>	<b>156</b>	
1	Sinais distintivos na atividade empresarial.....	156
2	A natureza dos direitos sobre os sinais distintivos.....	156
3	Nome empresarial.....	158
3.1	Natureza jurídica do direito ao nome.....	158
3.1.1	Direito da personalidade.....	159
3.1.2	Direito de propriedade.....	161
3.1.3	Direito pessoal.....	161
3.2	Tipos de nome empresarial.....	162
3.2.1	Firma individual.....	162
3.2.2	Razão social.....	163
3.2.3	Denominação.....	164
3.3	Princípio da veracidade.....	165
3.4	Princípio da novidade.....	166
3.4.1	Princípio da especialidade.....	167
3.5	Proteção do nome empresarial.....	168
3.6	Extinção do direito ao nome empresarial.....	170
4	Nome de fantasia ou título de estabelecimento.....	170
5	Marcas X nome empresarial.....	171
<b>Capítulo 11 – Marcas.....</b>	<b>173</b>	
1	Marcas: conceito e função.....	173
2	Classificações.....	174
3	Requisitos.....	176
3.1	Capacidade distintiva.....	176
3.1.1	Marcas evocativas.....	177
3.2	Novidade.....	178
3.3	Desimpedimento.....	179
4	Proibições.....	179
5	Direitos sobre a marca.....	191
5.1	Aquisição.....	191
5.2	Vigência.....	192
5.3	Proteção.....	192
5.3.1	Princípio da territorialidade.....	194

5.3.2	Princípio da especialidade .....	194
5.3.3	Danos materiais e morais pelo uso indevido da marca .....	196
5.4	Marcas de fato .....	198
6	Marcas de alto renome .....	198
7	Marcas notoriamente conhecidas .....	199
8	Extinção dos direitos sobre a marca .....	201
9	Nulidade da marca .....	202
10	Degeneração das marcas .....	202
11	Das indicações geográficas .....	205
12	Nome empresarial e marca .....	206
13	Nomes de domínio × marcas .....	208
<b>Capítulo 12 – Patentes, modelos de utilidade e desenho industrial .....</b>		<b>211</b>
1	Invenções .....	211
2	Patentes de invenção .....	212
2.1	Requisitos .....	212
2.1.1	Novidade .....	213
2.1.2	Atividade inventiva .....	215
2.1.3	Aplicação industrial .....	215
2.2	Exclusões .....	216
2.3	Proibições .....	217
2.4	Direitos sobre a patente .....	218
2.4.1	Titularidade .....	218
2.4.2	Prioridade .....	219
2.4.3	Vigência .....	220
2.4.4	Proteção .....	220
2.4.5	Cessão e licença voluntária .....	221
2.4.6	Licença compulsória .....	222
2.4.7	Extinção .....	224
2.5	Nulidade da patente .....	224
2.6	Certificado de adição de invenção .....	225
3	Modelos de utilidade .....	225
4	Desenho industrial .....	226
4.1	Requisitos .....	226
4.1.1	Novidade .....	227
4.1.2	Originalidade .....	227
4.1.3	Industriabilidade .....	227
4.1.4	Legalidade .....	228
4.2	Direitos sobre o desenho industrial .....	228



## PARTE II

### DIREITO SOCIETÁRIO

<b>Capítulo 13 – Sociedades: noções gerais.....</b>	<b>231</b>
1    Conceito.....	231
2    Terminologia.....	232
3    Elementos de uma sociedade.....	233
3.1    Elementos gerais.....	234
3.1.1    Consenso.....	234
3.1.2    Objeto lícito.....	236
3.1.3    Forma.....	237
3.2    Elementos específicos.....	237
3.2.1    Contribuição para o capital social.....	237
3.2.2    Participação nos lucros e nas perdas.....	240
3.2.3 <i>Affectio societatis</i> .....	241
3.2.4    A pluralidade de partes.....	243
4    Ato constitutivo: natureza jurídica.....	244
4.1    Teorias anticontratualistas.....	244
4.2    Teoria do ato corporativo, ato de fundação, ou ato de união.....	245
4.3    Teorias contratualistas: o contrato plurilateral.....	246
4.4    Teoria do ato institucional.....	249
<b>Capítulo 14 – A personalidade jurídica das sociedades.....</b>	<b>252</b>
1    Noções gerais.....	252
2    Função das pessoas jurídicas.....	253
3    O início da personalidade jurídica.....	254
4    Teorias sobre a pessoa jurídica.....	255
4.1    Teoria individualista.....	255
4.2    Teoria da ficção.....	256
4.3    Teoria da vontade.....	256
4.4    Teoria do patrimônio de afetação.....	256
4.5    Teoria da instituição.....	257
4.6    Teoria da realidade objetiva ou orgânica.....	258
4.7    Teoria da realidade técnica.....	259
5    Atuação das sociedades.....	260
6    Consequências da personificação.....	261
6.1    Nome.....	262
6.2    Nacionalidade.....	262

6.3	Domicílio.....	262
6.4	Capacidade contratual.....	263
6.5	Capacidade processual.....	263
6.6	Existência distinta .....	263
6.7	Autonomia patrimonial .....	263
<b>Capítulo 15 – Desconsideração da personalidade jurídica.....</b>		<b>265</b>
1	O uso da pessoa jurídica.....	265
2	O que é a desconsideração da personalidade jurídica?.....	266
3	Origem histórica da teoria da desconsideração.....	269
4	Terminologia.....	270
5	A desconsideração e as teorias a respeito da personalidade.....	271
6	Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.....	272
6.1	Teoria maior .....	273
6.1.1	Teoria maior subjetiva.....	274
6.1.2	Teoria maior objetiva.....	274
6.2	Teoria menor .....	275
7	Requisitos para a desconsideração (teoria maior subjetiva).....	276
7.1	A personificação .....	276
7.2	A fraude e o abuso de direito relacionados à autonomia patrimonial .....	277
7.2.1	Fraude.....	278
7.2.2	O abuso de direito .....	279
7.2.2.1	Subcapitalização.....	280
7.2.2.2	Dissolução irregular .....	281
7.3	Imputação dos atos praticados à pessoa jurídica.....	283
7.4	A insolvência é requisito?.....	284
8	A desconsideração da personalidade jurídica no direito positivo brasileiro.....	284
8.1	A desconsideração no Código de Defesa do Consumidor .....	285
8.1.1	Hipóteses autorizadoras da desconsideração .....	285
8.1.2	Grupos, consórcios e sociedades coligadas .....	286
8.1.3	O § 5º do art. 28 .....	287
8.2	Direito econômico .....	290
8.3	Direito ambiental.....	291
8.4	Sistema de distribuição de combustíveis .....	291
8.5	Código Civil.....	291
8.6	Direito do trabalho.....	294
8.7	Direito tributário .....	295
8.8	Direito administrativo .....	299

8.9	Responsabilidade civil e administrativa por atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira .....	300
9	Quem é responsabilizado na desconsideração?.....	304
10	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica: desnecessidade de uma ação de conhecimento.....	307
10.1	O pedido originário de desconsideração.....	308
10.2	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	308
10.2.1	Instauração do incidente.....	310
10.2.2	Procedimento .....	311
10.2.3	Tutela de urgência .....	312
10.2.4	Fraude à execução .....	313
10.3	Embargos de terceiro.....	314
11	Desconsideração inversa .....	314
12	Prescrição/decadência do pedido de desconsideração.....	315
<b>Capítulo 16 – Classificações das sociedades.....</b>		<b>317</b>
1	Sociedades personificadas e despersonificadas.....	317
2	Classificação pela responsabilidade dos sócios.....	317
3	Classificação quanto à forma do capital .....	318
4	Classificação quanto à forma de constituição .....	319
5	Sociedades civis × sociedades comerciais.....	319
6	Sociedades simples × sociedades empresárias.....	320
7	Sociedades de pessoas e de capitais.....	321
<b>Capítulo 17 – Sociedades despersonificadas.....</b>		<b>326</b>
1	Sociedades em comum .....	326
1.1	Terminologia .....	326
1.2	Patrimônio .....	327
1.3	Responsabilidade dos sócios.....	328
1.4	Administração.....	328
1.5	Prova da existência da sociedade.....	329
2	Sociedade em conta de participação .....	330
2.1	Sócios .....	330
2.2	Características.....	331
2.3	Extinção da sociedade.....	332
<b>Capítulo 18 – Sociedades simples.....</b>		<b>334</b>
1	Introdução .....	334
2	Constituição .....	335
3	Sócios.....	337

3.1	Noções gerais .....	337
3.2	Deveres dos sócios.....	339
3.3	Direitos dos sócios.....	340
3.3.1	Posição dos credores do sócio: penhora das quotas.....	342
3.3.2	Direitos do cônjuge separado e dos herdeiros do cônjuge falecido .....	343
3.4	Responsabilidade.....	346
3.4.1	Responsabilidade do ex-sócio.....	347
3.5	A saída voluntária dos sócios: cessão das quotas .....	348
4	Da resolução da sociedade em relação a um sócio (dissolução parcial) .....	349
4.1	A morte de um sócio.....	350
4.2	Recesso.....	351
4.3	Exclusão do sócio .....	352
4.3.1	Exclusão de pleno direito.....	352
4.3.2	Exclusão pela sociedade .....	353
4.4	Apuração de haveres.....	355
4.5	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	357
5	A “vontade” da sociedade.....	361
6	Administração da sociedade .....	362
6.1	Natureza jurídica da relação administrador-sociedade.....	362
6.2	Nomeação e destituição.....	363
6.3	Exercício do poder de administração.....	364
6.4	A proibição de concorrência .....	365
6.5	Responsabilidade.....	365
6.6	Vinculação da sociedade.....	366
6.6.1	Restrições contratuais aos poderes de administração.....	367
6.6.2	Terceiros de má-fé.....	368
6.6.3	Atos <i>ultra vires</i> .....	369
<b>Capítulo 19 – Sociedades em nome coletivo e em comandita simples .....</b>		<b>371</b>
1	Introdução .....	371
2	Sociedade em nome coletivo.....	371
2.1	Histórico.....	371
2.2	A sociedade genérica.....	372
2.3	A natureza personalista .....	372
2.4	A responsabilidade dos sócios.....	373
2.5	Os credores do sócio .....	374
3	Sociedade em comandita simples .....	375
3.1	Histórico.....	375

3.2	Legislação aplicável.....	376
3.3	Os sócios .....	376
3.3.1	Comanditado.....	376
3.3.2	Comanditário .....	377
3.4	O personalismo da sociedade.....	378
<b>Capítulo 20 – As sociedades limitadas .....</b>		<b>379</b>
1	Histórico .....	379
2	A legislação aplicável.....	380
2.1	O art. 18 do Decreto n. 3.708/19.....	380
2.2	O regime no Código Civil .....	381
3	Classificação.....	383
4	Nome empresarial .....	385
5	Capital social.....	387
5.1	Formação e alterações do capital social.....	388
6	Quotas .....	389
6.1	Características das quotas.....	390
6.2	Cessão das quotas .....	391
6.3	Penhora das quotas.....	392
6.4	Aquisição das quotas pela própria sociedade.....	394
6.5	Quotas preferenciais.....	395
7.	A vontade da sociedade.....	397
7.1	Reuniões.....	397
7.2	Assembleia dos sócios.....	398
7.2.1	Convocação e instalação da assembleia .....	398
7.2.2	Deliberações.....	399
7.3	Deliberações nas microempresas e empresas de pequeno porte.....	400
8	Administração da sociedade limitada .....	401
8.1	Natureza jurídica da relação entre o administrador e a sociedade.....	401
8.2	Nomeação e destituição dos administradores.....	402
8.3	Poderes e responsabilidades .....	404
9	As relações da sociedade limitada com terceiros .....	405
10	O conselho fiscal da limitada .....	410
10.1	Inconveniência da adoção.....	410
10.2	Os conselheiros.....	411
10.3	Competência .....	411
11	Sócios.....	412
11.1	Noções .....	412

11.2	Deveres dos sócios: o sócio remisso .....	413
11.3	Direitos dos sócios .....	414
11.4	Responsabilidade dos sócios.....	416
12	Recesso .....	417
13	Exclusão do sócio.....	420
14	Morte de um sócio.....	422
15	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	423
<b>Capítulo 21 – Dissolução das Sociedades no Código Civil .....</b>		<b>425</b>
1	Dissolução das sociedades .....	425
2	Dissolução <i>stricto sensu</i> .....	425
2.1	Classificação das causas de dissolução.....	426
2.2	Causas de dissolução .....	427
2.2.1	Decurso de prazo.....	427
2.2.2	Consenso .....	428
2.2.3	Deliberação da maioria .....	428
2.2.4	Unipessoalidade .....	428
2.2.5	Cessação da autorização para funcionar .....	429
2.2.6	Anulação da constituição.....	429
2.2.7	Exaurimento ou inexecuibilidade do objeto social.....	430
2.2.8	Dissolução compulsória.....	430
2.2.9	Falência para as sociedades empresárias.....	431
3	Liquidação .....	431
3.1	Formas da liquidação.....	432
3.2	O liquidante .....	432
3.3	Apuração do ativo .....	434
3.4	Pagamento do passivo .....	434
3.5	A partilha .....	435
4	A extinção.....	436
5	Os credores insatisfeitos.....	437
<b>Capítulo 22 – Sociedades an�nimas: noções gerais .....</b>		<b>439</b>
1	Histórico .....	439
2	Características .....	441
3	Nome .....	442
4	Função e importância econ�mica.....	443
5	Objeto social .....	443
6	Natureza jurídica do ato constitutivo.....	444
7	Sociedade an�nima de pessoas.....	446

<b>Capítulo 23 – As Sociedades Anônimas e o mercado de capitais.....</b>	<b>448</b>
1    Sociedades abertas × sociedades fechadas.....	448
2    Os valores mobiliários .....	449
3    Mercado de valores mobiliários .....	450
3.1    Bolsa de valores.....	451
3.2    Mercado de balcão .....	452
4    Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	452
4.1    O poder regulamentar da CVM .....	453
5    Fechamento do capital social .....	454
5.1    Preço justo.....	455
5.2    Efetivação do cancelamento .....	457
5.3    Resgate das ações remanescentes.....	458
5.4    Fechamento branco do capital social.....	458
6    A governança corporativa e o mercado de valores mobiliários.....	459
<b>Capítulo 24 – Constituição e capital social das Sociedades Anônimas .....</b>	<b>465</b>
1    Constituição da sociedade anônima.....	465
1.1    Providências preliminares.....	465
1.1.1    Subscrição de todo o capital social.....	465
1.1.2    Integralização inicial.....	466
1.1.3    Depósito.....	467
1.2    Constituição propriamente dita.....	467
1.3    Providências complementares .....	468
2    O capital social .....	469
3    Formação do capital social .....	470
4    Funções.....	471
5    Princípios.....	472
6    Aumento do capital social .....	473
6.1    Obtenção de novos recursos .....	473
6.2    Capital autorizado.....	474
6.3    Capitalização de lucros ou reservas.....	475
6.4    Conversão de valores mobiliários em ações .....	476
7    Redução do capital social.....	476
7.1    Redução compulsória.....	477
7.2    Redução facultativa.....	477
<b>Capítulo 25 – Ações.....</b>	<b>479</b>
1    Noções gerais.....	479
2    Valores .....	479

2.1	Valor nominal.....	479
2.2	Preço de emissão .....	481
2.3	Valor patrimonial .....	481
2.4	Valor de mercado .....	482
2.5	Valor econômico.....	482
3	Natureza jurídica das ações.....	483
3.1	Conceito e elementos essenciais dos títulos de crédito.....	485
3.2	As ações não são títulos de crédito .....	487
4	Ações nominativas cartulares .....	488
5	Ações escriturais .....	488
6	Custódia de ações .....	489
7	Classificação quanto aos direitos .....	492
7.1	Ações ordinárias.....	492
7.2	As ações preferenciais .....	493
7.2.1	As vantagens patrimoniais das ações preferenciais.....	493
7.2.2	Voto das ações preferenciais .....	494
7.2.3	Negociação das ações preferenciais no mercado .....	495
7.2.4	Direitos políticos.....	496
7.2.5	Uma nova “golden share” .....	498
7.3	Ações de fruição .....	498
8	Negociação das ações.....	499
8.1	Limitações nas sociedades abertas.....	499
8.2	Limitações na sociedade fechada .....	500
8.3	Negociação com as próprias ações .....	500
8.3.1	Amortização .....	501
8.3.2	Resgate .....	501
8.3.3	Reembolso.....	504
8.4	Aquisição para permanência em tesouraria .....	505
<b>Capítulo 26 – Outros títulos emitidos pelas Sociedades Anônimas.....</b>		<b>507</b>
1	Noções gerais.....	507
2	Partes beneficiárias.....	507
2.1	Funções.....	508
2.2	Direitos .....	508
2.3	Comunhão de interesses.....	509
2.4	Liquidação da companhia .....	509
2.5	Natureza jurídica.....	509
3	Debêntures .....	510



3.1	Noções gerais .....	510
3.2	Emissão.....	511
3.3	Comunhão de interesses.....	513
3.4	Agente fiduciário.....	514
3.5	Garantias.....	515
3.6	Vantagens.....	516
3.7	Conversibilidade em ações.....	517
3.8	Vencimento.....	518
3.9	Amortização, resgate e aquisição das debêntures .....	518
3.10	Emissão no exterior .....	519
4	Bônus de subscrição.....	520
5	<i>Commercial papers</i> .....	520
6	<i>American Depositary Receipts (ADR) e Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i> .....	521
<b>Capítulo 27 – Acionistas.....</b>		<b>523</b>
1	Noções gerais.....	523
2	Classificação dos acionistas.....	523
3	Acionista controlador .....	524
3.1	Controle interno.....	524
3.2	Controle externo .....	526
3.3	Conceito legal do acionista controlador .....	526
3.4	Exercício do poder de controle.....	527
3.5	Abuso do poder de controle .....	528
4	Acionistas minoritários.....	529
5	Deveres dos acionistas.....	530
5.1	Contribuição para o capital social.....	530
5.1.1	Acionista remisso .....	531
5.2	Dever de lealdade.....	532
6	Direitos essenciais dos acionistas.....	532
6.1	Participar dos lucros.....	533
6.2	Participar do acervo social.....	534
6.3	Fiscalização.....	534
6.3.1	Direito à informação.....	535
6.4	Direito de preferência .....	537
6.5	Direito de retirada.....	539
6.5.1	Hipóteses legais para o direito de retirada.....	540
6.5.2	Restrições para o exercício do direito de retirada.....	541
6.5.3	Retirada na cisão.....	543
6.5.4	Assembleia de retratação.....	544

7	Voto.....	544
	7.1 Voto abusivo.....	545
	7.2 Voto conflitante.....	546
8	Suspensão dos direitos.....	547
9	Arbitragem.....	548
10	Saída dos acionistas.....	549
<b>Capítulo 28 – Acordo de acionistas.....</b>		<b>552</b>
1	O acordo de acionistas.....	552
2	Modalidades do acordo.....	552
3	Acordos de bloqueio.....	553
4	Acordos de voto.....	554
	4.1 Vinculação da companhia aos termos do acordo.....	555
	4.2 Execução específica do acordo de voto.....	556
	4.3 Omissão.....	557
5	Atuação dos administradores eleitos pelo acordo de acionistas.....	558
6	Extinção do acordo.....	559
<b>Capítulo 29 – Órgãos sociais.....</b>		<b>561</b>
1	Noções gerais.....	561
2	Assembleia-geral.....	561
	2.1 Competência.....	562
	2.2 Legitimidade para a convocação da assembleia.....	563
	2.3 Modo de convocação.....	564
	2.4 Ordem do dia.....	566
	2.5 Participantes.....	566
	2.6 Instalação da assembleia.....	568
	2.7 Deliberações.....	568
	2.8 Assembleia-geral ordinária.....	570
	2.9 Assembleia-geral extraordinária.....	571
	2.10 Formalidades complementares.....	571
3	Administração da sociedade.....	571
4	Conselho de administração.....	572
	4.1 Requisitos para ser membro do conselho de administração.....	573
	4.2 Eleição e destituição dos conselheiros: a representação da minoria.....	575
	4.3 Posse e funcionamento.....	577
5	Diretoria.....	578
6	Conselho fiscal.....	579
	6.1 Funcionamento.....	579

6.2	Eleição e destituição .....	580
6.3	Requisitos e impedimentos.....	582
6.4	Atuação.....	582
6.5	Remuneração.....	583
6.6	Deveres e responsabilidade.....	584
<b>Capítulo 30 – Administradores</b> .....		<b>585</b>
1	Impedimentos.....	585
2	Natureza jurídica da relação com a sociedade.....	586
3	Investidura e vacância.....	587
4	Remuneração .....	588
5	Deveres.....	589
5.1	Dever de diligência.....	589
5.2	Desvio de poder.....	589
5.3	Dever de lealdade.....	591
5.4	Dever de sigilo.....	591
5.5	Dever de informar.....	594
6	Conflito de interesses.....	596
7	Responsabilidade civil.....	596
7.1	Natureza da responsabilidade .....	597
7.2	<i>Business judgment rule</i> .....	598
7.3	Responsabilidade individual ou solidária.....	599
8	Ação de responsabilidade.....	600
9	Vinculação da companhia.....	602
<b>Capítulo 31 – Aspectos financeiros das Sociedades Anônimas</b> .....		<b>604</b>
1	Escrituração.....	604
2	Demonstrações financeiras .....	605
2.1	Balanço patrimonial.....	606
2.2	Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados .....	607
2.3	Demonstração do resultado do exercício .....	607
2.4	Demonstração dos fluxos de caixa.....	607
2.5	Demonstração de valor adicionado .....	608
3	Lucros sociais e sua distribuição .....	608
3.1	Lucro líquido .....	608
3.2	Reservas de lucros.....	609
3.3	Dividendos .....	610
4	Juros sobre o capital próprio (Lei n. 9.249/95).....	612
5	Reservas de capital.....	612

<b>Capítulo 32 – Negócios sobre o controle societário.....</b>	<b>613</b>
1    Negócios sobre o controle .....	613
2    Alienação de controle de sociedade aberta.....	613
3    Aquisição do controle de sociedade mercantil por companhia aberta.....	616
4    Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) Voluntária .....	617
4.1    OPA para aquisição do controle de companhia aberta .....	618
4.2    Oferta concorrente .....	619
<b>Capítulo 33 – Encerramento da Sociedade Anônima.....</b>	<b>620</b>
1    Dissolução.....	620
2    Dissolução <i>stricto sensu</i> .....	620
3    Liquidação .....	623
3.1    Formas da liquidação.....	623
3.2    O liquidante.....	623
3.3    Apuração do ativo .....	624
3.4    Pagamento do passivo.....	625
3.5    Os órgãos sociais na liquidação .....	626
3.6    A partilha .....	627
4    A extinção.....	627
5    Os credores insatisfeitos.....	628
<b>Capítulo 34 – Sociedade de economia mista e sociedade em comandita por ações .....</b>	<b>629</b>
1    Sociedades de economia mista .....	629
1.1    Conceito .....	629
1.2    Regime especial de direito comercial .....	630
1.3    Falência.....	631
1.4    Penhora dos bens .....	634
2    Sociedade em comandita por ações .....	635
<b>Capítulo 35 – Transformação, incorporação, fusão e cisão.....</b>	<b>636</b>
1    Legislação aplicável.....	636
2    Transformação.....	636
3    Incorporação.....	638
3.1    Procedimento.....	638
3.2    Aumento do capital social da incorporadora .....	640
4    Fusão .....	640
4.1    Procedimento.....	641
5    Direito de retirada na fusão e na incorporação .....	641
6    Direitos dos credores na fusão e na incorporação .....	642

7	Cisão.....	643
7.1	Tipos de cisão.....	643
7.2	Formação do capital social.....	644
7.3	Direito de retirada.....	644
7.4	Sucessão nas obrigações da cindida.....	645
7.5	Direitos dos credores.....	646
8	Questões tributárias.....	646
<b>Capítulo 36 – Relações entre sociedades</b> .....		647
1	Legislação aplicável.....	647
2	Participações.....	647
2.1	Coligação ou filiação.....	647
2.2	Controle.....	648
2.3	Simple participação.....	648
2.4	Participação recíproca.....	649
3	A <i>holding</i> .....	650
4	Subsidiária integral.....	651
5	Grupos de sociedades.....	652
5.1	Caracterização.....	652
5.2	Classificações.....	653
5.3	Responsabilidade.....	654
5.4	Constituição dos grupos por subordinação.....	656
6	Consórcio.....	657
7	<i>Joint ventures</i> .....	659
<b>Capítulo 37 – Concentração empresarial e defesa da livre concorrência</b> .....		662
1	Concentração empresarial.....	662
2	Motivos da concentração.....	663
3	Classificação da concentração empresarial.....	664
4	Livre-iniciativa e livre concorrência.....	665
5	Controle dos atos de concentração.....	667
6	Mercado relevante.....	669
7	Apreciação dos atos de concentração.....	670
<b>Capítulo 38 – Cooperativas</b> .....		673
1	Conceito.....	673
2	Natureza.....	674
3	Legislação aplicável.....	675
4	Classificações.....	676

4.1	Quanto à estrutura.....	676
4.2	Quanto à atividade.....	676
4.3	Quanto à responsabilidade do cooperado.....	677
5	Constituição.....	677
6	Capital social.....	678
7	Órgãos sociais.....	679
7.1	Assembleia-geral.....	679
7.2	Administração.....	680
7.3	Conselho fiscal.....	681
8	Cooperados.....	681
8.1	Número de sócios.....	682
8.2	Votação por cabeça.....	682
8.3	Distribuição das sobras e juros.....	683
8.4	Responsabilidade.....	684
8.5	Entrada e saída dos cooperados.....	684
9	Dissolução das cooperativas.....	685
10	Indivisibilidade do fundo de reserva.....	686
<b>Capítulo 39 – Microempresas e empresas de pequeno porte.....</b>		<b>687</b>
1	Enquadramento.....	687
2	Exclusões.....	688
3	Do tratamento diferenciado.....	690
3.1	Tratamento tributário.....	690
3.2	Tratamento trabalhista.....	691
3.3	Tratamento previdenciário.....	692
3.4	Licitações.....	693
3.5	Juizado especial.....	695
3.6	Tratamento comercial diferenciado.....	695
4	Pequeno empresário.....	697
5	Microempreendedor Individual – MEI.....	697
6	Investidor-Anjo.....	698
<i>Referências bibliográficas.....</i>		<i>699</i>

MARLON **TOMAZETTE**

CURSO DE  
**DIREITO**  
**EMPRESARIAL**

**2** TÍTULOS DE CRÉDITO

10ª edição  
revista e atualizada

2019

saraiva 

ISBN 978-85-53602-61-2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

Tomazette, Marlon

Curso de direito empresarial : títulos de crédito – volume 2  
/ Marlon Tomazette. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,  
2019.1. Direito empresarial 2. Direito empresarial - Brasil 3. Títulos  
de crédito I. Título.

18-1061

CDU 34:338.93(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito empresarial 34:338.93(81)  
2. Direito empresarial : Brasil 34:338.93(81)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Iris Ferrão

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolani

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Ferrino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteado  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação e revisão** Casa de Ideias

**Capa** Daniel das Neves

**Produção gráfica** Marli Rampim

**Impressão e acabamento** Sergio Luiz Pereira Lopes  
Brasilform Editora e Ind. Gráfica

**Data de fechamento da edição: 26-11-2018**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora  
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605140 CAE 630548



# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Apresentação</i> .....	23
<b>Capítulo 1 – Do crédito</b> .....	25
1    O crédito .....	25
2    Elementos do crédito .....	26
3    Importância do crédito na economia moderna.....	27
4    Classificações do crédito .....	28
<b>Capítulo 2 – Títulos de crédito: noções gerais</b> .....	31
1    Conceito de título de crédito.....	31
2    Funções dos títulos de crédito .....	33
3    Títulos de crédito típicos e atípicos.....	35
<b>Capítulo 3 – Características e princípios dos títulos de crédito</b> .....	39
1    Uma questão de terminologia.....	39
2    Características dos títulos de crédito .....	41
2.1    Disciplina pelo direito comercial/empresarial .....	41
2.2    Bem móvel .....	42
2.3    Natureza <i>pro solvendo</i> .....	42
2.4    Circulação .....	43
2.5    Títulos de apresentação.....	44
2.6    Obrigação quesível.....	44
2.7    Título de resgate .....	44
2.8    Executividade .....	45
2.9    Presunção de liquidez e certeza .....	45
2.10    Formalismo .....	46
2.11    Solidariedade cambiária .....	47
3    Princípios dos títulos de crédito.....	48
3.1    Cartularidade ou incorporação.....	49
3.1.1    Terminologia.....	49
3.1.2    Conteúdo do princípio.....	50

3.1.3	A desmaterialização dos títulos de crédito.....	52
3.2	Literalidade.....	54
3.2.1	Literalidade indireta.....	56
3.3	Autonomia.....	58
3.4	Abstração.....	59
3.5	Independência.....	63
<b>Capítulo 4</b>	<b>– Títulos de crédito: noções gerais.....</b>	<b>64</b>
1	Fonte da obrigação cambiária dos devedores.....	64
2	Teorias contratualistas.....	64
3	Teoria da aparência.....	65
4	Teoria do duplo sentido da vontade.....	66
5	Teoria da declaração unilateral de vontade.....	67
5.1	Teoria da criação.....	68
5.2	Teoria da emissão.....	70
5.3	Teoria dos três momentos.....	71
6	A fonte da obrigação cambiária e o direito positivo.....	72
7	Lado ativo da obrigação.....	74
7.1	Teoria dos créditos sucessivos.....	75
7.2	Teoria da delegação.....	75
7.3	Teoria da cessão do crédito.....	76
7.4	Teoria da personificação do título.....	76
7.5	Teoria do crédito alternativo.....	76
7.6	Teoria da emissão abstrata.....	76
7.7	Teoria da pendência.....	76
7.8	Teoria da promessa à generalidade.....	77
7.9	Teoria da propriedade.....	77
<b>Capítulo 5</b>	<b>– Classificações.....</b>	<b>79</b>
1	Documentos de legitimação: títulos de crédito próprios × títulos impróprios.....	79
1.1	Títulos de crédito próprios.....	80
1.2	Títulos impróprios.....	81
2	Classificações quanto ao conteúdo.....	82
3	Classificação quanto à natureza.....	84
4	Classificações quanto ao modo de circulação.....	86
4.1	Títulos nominativos.....	86
4.2	Títulos à ordem.....	88
4.3	Títulos não à ordem.....	88
4.4	Títulos ao portador.....	89
5	Classificação quanto à estrutura.....	89

6	Classificação quanto ao modelo.....	90
7	Classificação quanto à pessoa do emitente.....	90
8	Classificação quanto à prestação.....	90
9	Classificação quanto ao prazo.....	91
10	Títulos simples e complexos.....	91
11	Títulos completos e incompletos.....	91
12	Títulos singulares ou em série.....	92
<b>Capítulo 6 – Letra de câmbio: noções gerais.....</b>		<b>93</b>
1	Histórico.....	93
1.1	Período italiano.....	93
1.2	Período francês.....	95
1.3	Período alemão.....	96
2	Conceito.....	96
3	Partes.....	97
4	Legislação aplicável.....	98
4.1	O processo de uniformização internacional da legislação.....	98
4.2	A Lei Uniforme de Genebra.....	100
4.3	A legislação aplicável no Brasil.....	100
5	Requisitos intrínsecos.....	102
6	Requisitos legais da letra de câmbio.....	103
6.1	Requisitos essenciais.....	104
6.1.1	Cláusula cambial.....	104
6.1.2	A ordem de pagamento.....	105
6.1.3	Nome do sacado.....	106
6.1.4	Nome do beneficiário.....	107
6.1.5	Data de emissão.....	107
6.1.6	Assinatura do sacador.....	107
6.2	Requisitos supríveis.....	108
6.2.1	Local de emissão.....	108
6.2.2	Local de pagamento.....	108
6.2.3	Vencimento.....	109
6.3	Título em branco.....	109
7	Declarações cambiárias.....	110
<b>Capítulo 7 – Aceite.....</b>		<b>112</b>
1	Conceito.....	112
2	Forma.....	113
3	Data do aceite.....	115
4	Apresentação para aceite.....	115

4.1	Apresentação facultativa .....	116
4.2	Apresentação obrigatória .....	116
4.3	Títulos à vista e apresentação para aceite.....	116
4.4	Reapresentação .....	118
5	Entrega e retenção do título .....	118
6	Efeitos do aceite.....	118
7	Falta e recusa do aceite .....	119
8	Aceite qualificado.....	120
9	Cláusula não aceitável.....	122
<b>Capítulo 8 – Endosso .....</b>		<b>124</b>
1	Conceito.....	124
2	Pressuposto do endosso: cláusula à ordem.....	124
3	Forma.....	126
4	Endosso em preto e em branco .....	126
5	Endosso parcial.....	128
6	Efeitos do endosso .....	128
6.1	Transferência da propriedade do título.....	128
6.2	Responsabilidade do endossante .....	129
6.2.1	Endosso sem garantia .....	130
6.2.2	Proibição de novo endosso.....	131
7	Endosso x cessão de crédito.....	132
8	Endosso tardio, posterior ou póstumo .....	133
9	Endosso impróprio .....	135
9.1	Endosso-mandato .....	135
9.2	Endosso-caução.....	138
10	Endosso e Plano Collor (Lei n. 8.021/90) .....	140
11	Desconto bancário e endosso.....	141
12	<i>Factoring</i> e endosso .....	142
<b>Capítulo 9 – Aval .....</b>		<b>146</b>
1	Conceito.....	146
2	Forma.....	147
3	Outorga conjugal.....	148
4	Aval limitado.....	151
5	Avalizado.....	151
6	Aval antecipado.....	152
7	Avais simultâneos .....	153
8	Responsabilidade do avalista.....	154
8.1	Autonomia e abstração da obrigação do avalista.....	154

8.2	Transmissão aos herdeiros.....	157
9	Direito do avalista .....	157
10	Aval x fiança.....	158
11	Aval x endosso.....	159
12	Aval posterior ao vencimento.....	160
13	Conexão de títulos.....	161
<b>Capítulo 10 – Vencimento e pagamento.....</b>		<b>162</b>
1	Vencimento .....	162
1.1	Vencimento à vista.....	163
1.2	Vencimento em dia certo .....	163
1.3	Vencimento a certo termo da data .....	163
1.4	Vencimento a certo termo da vista .....	164
2	Vencimento antecipado.....	165
3	Prorrogação de vencimento .....	166
4	Pagamento .....	167
4.1	Tipos de pagamento.....	167
4.2	Apresentação.....	167
4.2.1	Quem pode fazer? .....	167
4.2.2	A quem deve ser feita?.....	168
4.2.3	Prazo.....	168
4.2.4	Avisos de cobrança.....	169
4.3	Objeto do pagamento.....	169
4.3.1	Juros moratórios .....	170
4.3.2	Juros remuneratórios.....	172
4.4	Prova do pagamento .....	173
4.5	Pagamento antecipado.....	173
4.6	Pagamento parcial.....	174
5	Outras formas de extinção das obrigações .....	174
<b>Capítulo 11 – Protesto.....</b>		<b>176</b>
1	Conceito.....	176
2	Tipos de protesto .....	177
3	Procedimento.....	178
3.1	Pedido .....	178
3.2	Intimação .....	179
3.3	Lavratura do protesto.....	180
4	Avisos.....	181
5	Efeitos do protesto.....	181
5.1	Efeitos do protesto por falta de aceite .....	182

5.2	Efeitos do protesto por falta de pagamento .....	182
5.2.1	Cobrança dos devedores indiretos .....	182
5.2.2	Interrupção da prescrição .....	184
5.2.3	Configuração de impontualidade para fins de pedido de falência.....	184
5.2.4	Inscrição em cadastros de inadimplentes.....	184
6	Prazo para o protesto .....	185
7	Sustação do protesto .....	187
7.1	A medida judicial de sustação do protesto.....	187
7.2	Sustação do protesto necessário.....	189
8	Sustação dos efeitos do protesto .....	189
9	Cancelamento do protesto.....	190
10	Protesto indevido .....	191
11	Cláusula sem protesto.....	193
<b>Capítulo 12 – Ações para o recebimento do crédito .....</b>		<b>194</b>
1	Ação cambial.....	194
1.1	Tipos.....	194
1.2	Legitimidade.....	195
1.3	Foro competente.....	195
1.4	Objeto .....	195
1.5	Documentação.....	196
1.6	Procedimento.....	198
1.7	Prescrição.....	199
1.7.1	Os prazos.....	200
1.7.2	O termo inicial .....	200
1.7.3	Suspensão .....	200
1.7.4	Interrupção .....	201
1.8	Defesa do executado.....	202
1.8.1	Embargos à execução.....	202
1.8.2	Exceção de pré-executividade.....	204
1.8.3	Ações autônomas.....	205
1.9	Chamamento ao processo e denunciação da lide na ação cambial.....	205
2	Ação de locupletamento ou de enriquecimento sem causa .....	206
2.1	Pressupostos.....	206
2.2	Legitimidade.....	208
2.3	Foro competente.....	210
2.4	Causa de pedir e prova.....	210
2.5	Rito .....	211
2.6	Natureza .....	211
2.7	Prescrição.....	212

3	Ação causal.....	213
3.1	Pressupostos.....	214
3.2	Legitimidade.....	215
3.3	Objeto.....	215
3.4	Prescrição.....	215
3.5	Procedimento.....	216
4	Ação monitória.....	216
<b>Capítulo 13 – Institutos complementares.....</b>		<b>220</b>
1	Multiplicação da letra de câmbio.....	220
1.1	Duplicata.....	220
1.2	Cópia.....	221
2	Ação de anulação e substituição da letra de câmbio.....	222
3	Intervenção.....	224
3.1	Aceite por intervenção.....	224
3.2	Pagamento por intervenção.....	226
4	Ressaque.....	227
<b>Capítulo 14 – Nota promissória.....</b>		<b>229</b>
1	Noções gerais.....	229
2	Requisitos.....	229
2.1	Requisitos essenciais.....	230
2.2	Requisitos supríveis.....	231
3	Regime legal.....	231
4	Vinculação a contrato.....	232
<b>Capítulo 15 – Cheque.....</b>		<b>235</b>
1	Origem e evolução.....	235
2	Conceito e pressupostos de emissão.....	235
3	Natureza jurídica.....	237
4	Legislação.....	238
5	Requisitos.....	239
6	Inexistência de aceite.....	241
7	Endosso.....	242
8	Aval.....	243
9	Apresentação.....	244
9.1	Reapresentação.....	244
9.2	Prazos de apresentação.....	244
9.3	Apresentação fora do prazo.....	246
10	Pagamento.....	247
10.1	Pagamento parcial.....	248

10.2	Apresentação simultânea de vários cheques .....	249
10.3	Pagamento de cheque falso ou falsificado .....	249
11	Devolução do cheque sem pagamento .....	250
12	Revogação (contraordem) e sustação (oposição) .....	253
12.1	Revogação ou contraordem .....	253
12.2	Sustação .....	254
13	Protesto .....	254
13.1	Efeitos do protesto de um cheque .....	255
13.2	Protesto no caso de fraude, furto, roubo ou extravio do cheque .....	255
13.3	Recusa do protesto pelo tabelião .....	256
13.4	Prazo do protesto do cheque .....	257
14	Ação cambial .....	258
14.1	Legitimidade e instrução da petição inicial .....	259
14.2	Objeto .....	259
14.3	Prescrição .....	261
15	Ação de locupletamento ou de enriquecimento sem causa .....	262
15.1	Legitimidade .....	263
15.2	Procedimento .....	264
15.3	Causa de pedir e prova .....	264
15.4	Objeto .....	265
15.5	Prescrição .....	266
16	Ação causal (ação de cobrança) .....	266
16.1	Legitimidade .....	267
16.2	Objeto .....	267
16.3	Procedimento .....	267
16.4	Narrativa da causa do cheque .....	268
16.5	Prescrição .....	269
17	Ação monitória .....	270
18	Pluralidade de exemplares .....	271
19	Modalidades de cheque .....	271
19.1	Cheque visado .....	272
19.2	Cheque cruzado .....	273
19.3	Cheque para ser levado em conta .....	274
19.4	Cheque administrativo .....	275
19.5	Cheque especial .....	276
19.6	Cheque de viagem .....	277
20	Aspectos penais do cheque .....	277
<b>Capítulo 16 – Cheque pós-datado .....</b>		<b>279</b>
1	Uma questão de terminologia: pré ou pós? .....	279
2	Uso do cheque pós-datado .....	280



3	Legalidade da pós-datação.....	280
4	Natureza jurídica do cheque pós-datado .....	281
5	Consequências da pós-datação.....	282
	5.1 Prazo de apresentação e prescrição do cheque pós-datado.....	282
	5.2 Estelionato e cheque pós-datado.....	285
6	Apresentação antecipada do cheque pós-datado pelo beneficiário.....	286
7	Apresentação antecipada do cheque pós-datado pelo endossatário .....	287
<b>Capítulo 17 – Duplicata .....</b>		<b>289</b>
1	Origem e conceito da duplicata.....	289
2	A duplicata como título causal .....	290
3	Legislação aplicável.....	294
4	O processo de emissão da duplicata.....	294
	4.1 Os contratos de compra e venda mercantil e de prestação de serviços .....	294
	4.1.1 Configuração do contrato de prestação de serviços.....	295
	4.1.2 Configuração do contrato de compra e venda mercantil no regime jurídico atual .....	295
	4.2 Fatura .....	297
	4.3 Extração da duplicata .....	298
5	Requisitos essenciais .....	299
6	Declarações cambiais na duplicata .....	302
7	Aceite .....	302
	7.1 Obrigatoriedade do aceite .....	303
	7.2 Recusa do aceite.....	304
	7.3 Tipos de aceite .....	305
	7.3.1 Aceite ordinário .....	305
	7.3.1.1 Remessa, retenção e devolução .....	305
	7.3.2 Aceite presumido.....	306
	7.3.3 Aceite por comunicação .....	308
8	Endosso .....	308
9	Aval.....	309
10	Vencimento .....	310
11	Pagamento .....	311
12	Protesto .....	312
	12.1 Tipos de protesto.....	313
	12.2 Efeitos.....	313
	12.2.1 Efeitos do protesto por falta de aceite.....	313
	12.2.2 Efeitos do protesto por falta de pagamento.....	314
	12.2.3 Efeitos do protesto por falta de devolução .....	315
	12.3 Protesto por indicações .....	315

12.3.1	Protesto por indicações no caso de falta de devolução .....	316
12.3.2	Protesto por indicações no caso de falta de aceite ou falta de pagamento .....	316
13	Ação cambial.....	319
13.1	Documentação.....	319
13.1.1	Execução do devedor principal.....	319
13.1.2	Execução dos devedores indiretos.....	320
13.2	Prescrição.....	321
14	Outras ações para o recebimento da duplicata.....	321
15	Triplicata.....	322
16	Duplicata de prestação de serviços.....	322
16.1	Regime jurídico.....	323
16.2	Quem pode emitir.....	323
16.3	Fatura ou conta de serviço .....	324
17	Duplicata virtual.....	324
18	Duplicata escritural.....	326
<b>Capítulo 18 – Cédulas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação.....</b>		<b>329</b>
1	Noções gerais.....	329
2	Requisitos.....	330
2.1	Denominação do título.....	330
2.2	Valor do crédito.....	331
2.3	Finalidade do financiamento .....	331
2.4	Promessa de pagamento.....	332
2.5	Encargos financeiros.....	332
2.6	Forma de pagamento.....	332
2.7	Praça de pagamento.....	332
2.8	Beneficiário.....	333
2.9	Cláusula à ordem.....	333
2.10	Local, data e assinatura do emitente.....	333
2.11	Descrição dos bens dados em garantia .....	334
3	Garantias reais e privilégios.....	334
3.1	Garantias reais .....	335
3.1.1	Penhor.....	335
3.1.2	Hipototeca .....	336
3.1.3	Alienação fiduciária em garantia .....	337
3.1.4	Impenhorabilidade dos bens dados em garantia.....	338
3.2	Privilégio especial das notas de crédito .....	339
4	Inscrição.....	339
5	Regime jurídico.....	340

6	Aval.....	341
7	Endosso.....	341
8	Vencimento.....	342
9	Pagamento.....	343
	9.1 Correção monetária.....	343
	9.2 Juros remuneratórios.....	344
	9.2.1 Capitalização.....	344
	9.2.2 Limitação.....	345
	9.3 Juros moratórios.....	346
	9.4 Multa.....	346
	9.5 Comissão de permanência.....	348
10	Protesto.....	349
11	Ação cambial.....	349
12	Ação de locupletamento, ação causal e ação monitória.....	350
<b>Capítulo 19 – Cédulas de crédito bancário.....</b>		<b>351</b>
1	Noções gerais.....	351
2	Requisitos.....	353
3	Garantias.....	354
4	Registro.....	355
5	Aval.....	355
6	Circulação.....	355
7	Pagamento.....	356
8	Protesto.....	358
9	Execução da CCB.....	358
	9.1 A discussão sobre a liquidez da CCB.....	358
	9.2 Excesso na execução.....	362
10	Certificado de CCB.....	362
	10.1 Emissão.....	363
	10.2 Circulação.....	364
<b>Capítulo 20 – Conhecimento de depósito, warrant, CDA e WA.....</b>		<b>366</b>
1	Armazéns gerais.....	366
2	Depósito de mercadorias nos armazéns gerais.....	367
3	Títulos especiais emitidos pelos armazéns gerais.....	369
	3.1 Conhecimento de depósito.....	369
	3.2 <i>Warrant</i> .....	371
4	Circulação dos títulos.....	372
	4.1 Circulação dos títulos unidos.....	372
	4.2 Separação dos títulos.....	372

	4.2.1	Endosso do <i>warrant</i> .....	373
	4.2.2	Endosso do conhecimento de depósito.....	374
5		Direitos dos portadores do título .....	374
	5.1	Portador do conhecimento de depósito e do <i>warrant</i> .....	374
	5.2	Portador do conhecimento de depósito.....	375
	5.3	Portador do <i>warrant</i> .....	375
	5.3.1	Venda extrajudicial das mercadorias .....	376
	5.3.2	Ausência do protesto tempestivo ou da venda extrajudicial .....	377
6		Extravio ou destruição dos títulos.....	378
7		Certificado de depósito agropecuário e <i>warrant</i> agropecuário.....	379
	7.1	Depósito de produtos agropecuários .....	379
	7.2	Emissão do <i>warrant</i> agropecuário (WA) e do certificado de depósito agropecuário (CDA).....	380
	7.3	Requisitos legais.....	382
	7.4	Registro.....	386
	7.5	Circulação .....	386
	7.5.1	Circulação dos títulos unidos .....	387
	7.5.2	Separação dos títulos .....	387
	7.6	Baixa no registro.....	387
	7.7	Direitos dos portadores dos títulos .....	388
	7.7.1	Portador do CDA e do WA.....	388
	7.7.2	Portador do CDA.....	388
	7.7.3	Portador do WA.....	389
		<b>Capítulo 21 – Conhecimento de transporte.....</b>	<b>391</b>
	1	Transporte de mercadorias.....	391
	2	Conhecimento de transporte.....	392
	2.1	Conhecimento de transporte terrestre .....	392
	2.2	Conhecimento de transporte ferroviário.....	394
	2.3	Conhecimento de transporte marítimo.....	394
	2.4	Conhecimento de transporte aéreo .....	395
	2.5	Conhecimento de transporte multimodal.....	396
	3	Circulação.....	397
		<b>Capítulo 22 – Títulos rurais .....</b>	<b>399</b>
	1	Introdução.....	399
	2	Nota promissória rural .....	399
	2.1	Emissão.....	399
	2.2	Requisitos.....	400
	2.3	Endosso.....	401
	2.4	Aval e outras garantias.....	401

2.5	Protesto.....	402
2.6	Privilégio especial.....	402
3	Duplicata rural.....	403
3.1	Emissão.....	403
3.2	Requisitos.....	404
3.3	Peculiaridades.....	405
4	Cédulas de Produto Rural (CPR).....	406
4.1	Emissão da CPR física.....	406
4.2	Emissão da CPR financeira.....	407
4.3	Requisitos.....	408
4.4	Garantias reais.....	411
4.5	Aval.....	412
4.6	Endosso.....	413
4.7	Negociação no mercado.....	414
4.8	Vencimento.....	414
4.9	Pagamento, protesto e execução.....	415
	<b>Capítulo 23 – Títulos imobiliários.....</b>	<b>416</b>
1	Introdução.....	416
2	Letras imobiliárias garantidas.....	416
2.1	Emissão.....	416
2.2	Requisitos.....	417
2.3	Carteira de ativos e regime fiduciário.....	418
2.4	Circulação e pagamento.....	419
3	Letra hipotecária.....	419
3.1	Emissão.....	420
3.2	Requisitos.....	420
3.3	Negociação.....	421
4	Letra de crédito imobiliário.....	422
4.1	Emissão.....	422
4.2	Requisitos.....	423
4.3	Negociação.....	424
5	Cédula hipotecária.....	424
5.1	Emissão.....	424
5.2	Requisitos.....	425
5.3	Negociação.....	427
5.4	Cumprimento da obrigação.....	427
6	Cédulas de crédito imobiliário.....	428
6.1	Emissão.....	428
6.2	Requisitos.....	429

6.3	Negociação .....	429
<b>Capítulo 24 – Outros títulos</b> .....		<b>431</b>
1	Títulos do agronegócio.....	431
1.1	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) .....	431
1.1.1	Emissão .....	431
1.1.2	Garantias.....	432
1.1.3	Requisitos .....	433
1.1.4	Negociação.....	434
1.2	Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).....	434
2	Títulos da dívida pública.....	435
2.1	Emissão.....	436
2.2	Espécies .....	437
3	Certificados de Depósito Bancário (CDBs).....	438
3.1	Emissão.....	438
3.2	Requisitos.....	439
3.3	Negociação .....	439
4	Letras de câmbio financeiras.....	439
5	Letras de arrendamento mercantil .....	440
5.1	Emissão.....	440
5.2	Requisitos.....	441
5.3	Negociação .....	441
6	Letras financeiras.....	442
6.1	Emissão.....	442
6.2	Requisitos.....	443
6.3	Negociação .....	444
<b>Capítulo 25 – Securitização de recebíveis</b> .....		<b>445</b>
1	Securitização de recebíveis.....	445
1.1	A operação.....	445
1.2	A cessão de créditos.....	447
1.3	A securitizadora .....	448
1.4	A emissão de valores mobiliários .....	449
1.5	Securitização x <i>factoring</i> .....	450
1.6	Securitização x desconto bancário .....	451
1.7	Regimes específicos .....	451
1.7.1	Securitização de créditos imobiliários.....	452
1.7.2	Securitização de créditos do agronegócio .....	453
1.7.3	Securitização de créditos bancários.....	454
<b>Referências</b> .....		<b>455</b>

Marlon **Tomazette**

CURSO DE  
**DIREITO**  
**EMPRESARIAL**

**3**

**FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO  
DE EMPRESAS**

10ª edição  
revista e atualizada  
2022

saraiva  *jur*

ISBN DE OBRA COMPLETA 978-85-536-0770-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ELABORADO POR WAGNER RDDLFO DA SILVA – CRB-8/9410

T655c Tomazette, Marlon

Curso de direito empresarial: Falência e recuperação  
de empresas – Volume 3 / Marlon Tomazette. – 10. ed.  
– São Paulo : SaraivaJur, 2022.

656 p.

ISBN: 978-85-5362-176-3

1. Direito. 2. Direito empresarial. 3. Falência. 4. Re-  
cuperação de empresas. I. Título

2021-4565

CDD 346.07  
CDU 347.7

## Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Empresarial	346.07
2. Direito Empresarial	347.7

Data de fechamento da edição: 14-1-2022

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva  
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607275 CAE 791536



Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@saraivaeducacao.com.br](mailto:sac.sets@saraivaeducacao.com.br)

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteadó
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Gerência editorial Edição</b>	Isabella Sánchez de Souza Iris Ferrão
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Rosana Peroni Fazolari
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
<b>Diagramação</b>	Fernanda Matajs
<b>Revisão</b>	Célia Regina Souza de Araujo
<b>Capa</b>	Deborah Mattos
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Vox Gráfica





# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Apresentação</i> .....	29
<b>Capítulo 1 – O direito das empresas em crise</b> .....	31
1 Negócios em crise.....	31
2 Crise de rigidez.....	32
3 Crise de eficiência.....	32
4 Crise econômica.....	33
5 Crise financeira.....	33
6 Crise patrimonial.....	33
7 Solução das crises.....	34
7.1 Solução de mercado.....	34
7.2 Soluções estatais.....	35
8 Empresas não recuperáveis.....	36
9 O direito das empresas em crise.....	37
<b>Capítulo 2 – Disposições gerais da falência, da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial</b> .....	39
1 Introdução.....	39
2 Âmbito de incidência da falência, da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial..	39
2.1 Empresários e sociedades empresárias.....	40
2.1.1 Atividade.....	42
2.1.2 Economicidade.....	42
2.1.3 A organização.....	43
2.1.4 Profissionalidade.....	44
2.1.5 Produção ou circulação de bens ou serviços.....	44
2.1.6 Direcionamento ao mercado.....	45
2.1.7 Assunção do risco.....	45
2.1.8 Não abrangidos pelo conceito de empresário.....	45
2.1.9 Situações especiais.....	47
2.1.9.1 Sociedades por ações.....	47
2.1.9.2 Empresários rurais.....	47

	2.1.9.3	Sociedade cooperativa.....	48
	2.1.9.4	Sociedade em conta de participação.....	48
	2.1.9.5	Empresários irregulares.....	49
	2.2	Cooperativas médicas.....	50
	2.3	Clubes de futebol.....	51
3		Exclusões.....	51
	3.1	Empresas públicas e sociedades de economia mista .....	52
	3.2	Instituições financeiras .....	55
	3.3	Seguradoras .....	57
	3.4	Sociedades de capitalização.....	58
	3.5	Operadoras de planos de saúde.....	59
	3.6	Entidades de previdência complementar .....	60
	3.7	Concessionárias de energia elétrica.....	61
4		Juízo competente.....	62
	4.1	Principal estabelecimento .....	62
	4.2	Filial de empresários estrangeiros .....	66
	4.3	Natureza da competência.....	67
5		Intervenção do Ministério Público.....	68
<b>Capítulo 3 – Recuperação judicial: noções gerais.....</b>			<b>73</b>
1		Definição.....	73
	1.1	Série de atos.....	74
	1.2	Consentimento dos credores.....	74
	1.3	Concessão judicial.....	74
	1.4	Superação da crise.....	75
	1.5	Manutenção de empresas viáveis .....	75
2		Objetivos .....	76
3		A teoria dos jogos e a recuperação judicial.....	78
4		Princípios.....	79
	4.1	Função social da empresa.....	81
	4.2	Preservação da empresa.....	82
5		Natureza.....	84
	5.1	Ato complexo.....	84
	5.2	Natureza processual .....	85
	5.3	Natureza contratual.....	85
	5.4	Natureza dicotômica.....	87
<b>Capítulo 4 – Requerimento da recuperação judicial.....</b>			<b>88</b>
1		O pedido de recuperação judicial .....	88
2		Requisitos específicos.....	88

2.1	Exercício regular da atividade há mais de dois anos.....	89
2.2	Não ser falido .....	91
2.3	Não ter obtido outra recuperação judicial .....	92
2.4	Ausência de condenação por crime falimentar.....	93
3	Legitimidade ativa.....	95
3.1	O próprio devedor .....	95
3.2	Grupos societários – Consolidação processual e consolidação substancial.....	96
3.2.1	Consolidação .....	97
3.2.2	Consolidação substancial .....	97
3.3	Herdeiros, cônjuge e inventariante .....	98
3.4	Sócio remanescente .....	99
4	Créditos abrangidos .....	99
4.1	A situação dos créditos trabalhistas.....	101
4.2	Honorários advocatícios.....	102
4.3	Créditos com execução em curso.....	103
4.4	Pensões alimentícias.....	103
4.5	Créditos condicionais.....	104
4.6	A situação dos agentes rurais.....	104
5	Créditos não abrangidos .....	104
5.1	Inexistência de alterações do crédito no plano de recuperação.....	104
5.2	Créditos inexigíveis.....	105
5.3	Créditos excluídos da recuperação .....	107
5.3.1	Créditos fiscais.....	107
5.3.2	Credores proprietários.....	108
5.3.2.1	Alienação fiduciária em garantia.....	108
5.3.2.2	Arrendador mercantil.....	110
5.3.2.3	Proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.....	111
5.3.2.4	Proprietário ou promitente vendedor de imóveis.....	112
5.3.2.5	Credor de adiantamento de contrato de câmbio.....	113
5.3.2.6	Repasse de valores.....	113
5.4	Créditos rurais com recursos controlados (Lei n. 4.829/64 – arts. 14 e 21) .....	114
5.5	Atos cooperativos.....	114
5.6	Cédula de Produto Rural .....	115
5.7	Aquisição de propriedades rurais nos últimos 3 anos.....	116
6	Juízo competente.....	116
7	Petição inicial.....	117
7.1	Requisitos formais e estruturais.....	117
7.2	Instrução .....	118
7.2.1	As causas da situação patrimonial e os motivos da crise econômico-financeira .....	118

7.2.2	Documentação contábil.....	119
7.2.3	Documentos do registro do comércio.....	122
7.2.4	Certidões dos cartórios de protestos .....	122
7.2.5	Relação de credores.....	123
7.2.6	Relação de empregados e seus créditos.....	124
7.2.7	Relação de bens dos administradores e dos controladores.....	125
7.2.8	Relação de processos.....	126
7.2.9	Contas bancárias e aplicações .....	127
7.2.10	Relatório detalhado do passivo fiscal .....	127
7.2.11	Relação de bens do ativo não circulante .....	127
8	Análise da petição inicial pelo juiz.....	127
9	Constatação prévia .....	129
10	Efeitos do ajuizamento do pedido.....	129
10.1	Restrição da disponibilidade sobre bens do ativo não circulante.....	130
10.2	Funcionamento do conselho fiscal nas companhias abertas.....	131
10.3	Proibição da distribuição de lucros.....	131
11	Desistência.....	131
12	Conciliações e mediações .....	132
<b>Capítulo 5 – Decisão de processamento da recuperação judicial.....</b>		<b>134</b>
1	O processamento da recuperação judicial .....	134
2	Natureza do ato judicial que determina o processamento.....	134
3	Conteúdo e efeitos da decisão.....	136
3.1	Nomeação do administrador judicial.....	137
3.2	Dispensa de certidões.....	137
3.3	Suspensão de execuções contra o devedor combinada com a suspensão de atos de apreensão e constrição de bens do devedor.....	137
3.3.1	Prazo.....	139
3.3.2	Exceções.....	140
3.3.2.1	Ações que demandem quantias ilíquidas.....	140
3.3.2.2	Execuções fiscais.....	141
3.3.2.3	Ações dos outros credores não sujeitos à recuperação.....	142
3.3.2.4	Ações sem efeitos patrimoniais econômicos.....	142
3.4	Contas mensais.....	143
3.5	Intimação do Ministério Público e das fazendas públicas.....	144
3.6	Suspensão da prescrição.....	144
3.7	Força atrativa do juízo recuperacional.....	144
4	Publicidade .....	148
<b>Capítulo 6 – Administrador judicial.....</b>		<b>150</b>
1	Noções gerais.....	150
2	Natureza.....	151

3	A escolha do administrador judicial .....	152
3.1	Preferência por qualificação técnica .....	152
3.2	Idoneidade .....	153
3.3	Imparcialidade .....	154
3.4	Confiabilidade .....	155
4	Nomeação .....	156
5	Reclamação contra a nomeação .....	156
5.1	Ampla defesa e contraditório .....	157
5.2	Decisão .....	158
5.3	Acolhimento da reclamação .....	159
6	Investidura do administrador judicial .....	160
7	Competência .....	161
7.1	Atribuições ligadas à verificação de créditos .....	161
7.2	Prestação e recebimento de informações .....	162
7.3	Atribuições relacionadas à assembleia geral de credores .....	163
7.4	Atribuições ligadas ao comitê de credores .....	164
7.5	Contratação de auxiliares .....	164
7.6	Fiscalização do devedor em recuperação judicial e gestão provisória dos negócios .....	164
7.7	Administração e liquidação da massa falida .....	166
7.8	Abertura de correspondências .....	167
7.9	Investigação dos atos do falido .....	168
7.10	Prestações de contas e relatórios da administração .....	168
7.11	Manifestações e ação penal subsidiária .....	169
8	Remuneração .....	170
9	Substituição .....	172
9.1	Prestação de contas .....	172
9.2	Remuneração .....	173
10	Destituição .....	174
10.1	Hipóteses de destituição .....	174
10.2	Decisão judicial .....	175
10.3	Prestação de contas .....	176
10.4	Remuneração .....	176
11	Responsabilidade civil .....	177
11.1	Ação de responsabilidade .....	177
11.2	Responsabilidade por omissão .....	178
<b>Capítulo 7 – Manifestação e representação dos credores .....</b>		<b>180</b>
1	Os credores na falência e na recuperação judicial .....	180
2	Assembleia geral de credores .....	180

2.1	Participantes.....	181
2.2	Competência.....	183
2.3	Convocação.....	184
2.4	Instalação.....	185
2.5	Deliberações.....	186
2.5.1	Plenário.....	186
2.5.2	Classes para apreciação do plano de recuperação judicial.....	187
2.5.3	Classes para constituição e eleição do comitê de credores.....	188
2.5.4	Discussões e alterações no quadro de credores.....	189
2.6	Invalidades.....	190
3	Comitê de credores.....	191
3.1	Composição.....	192
3.2	Constituição.....	193
3.3	Eleição dos membros.....	194
3.4	Investidura e funcionamento do comitê.....	195
3.5	Competência.....	197
3.6	Remuneração.....	199
3.7	Substituição e destituição dos membros.....	199
3.8	Responsabilidade civil.....	200

<b>Capítulo 8 – Verificação de créditos.....</b>	<b>201</b>
1 Identificação dos credores nos processos de falência e recuperação judicial.....	201
2 Fase administrativa.....	201
2.1 Lista de credores.....	203
2.2 Habilitações.....	204
2.3 Divergências.....	207
2.4 Relação de credores.....	208
3 Impugnações contra créditos que constam da relação.....	209
3.1 Prazo.....	209
3.2 Legitimidade.....	209
3.2.1 Ministério Público.....	209
3.2.2 Comitê de Credores.....	210
3.2.3 Devedor ou seus sócios.....	210
3.2.4 Qualquer credor.....	210
3.3 Objeto.....	211
3.4 Competência.....	211
3.5 Petição inicial.....	212
3.6 Procedimento.....	213
3.7 Decisão.....	214
3.8 Recurso.....	215

3.9	Desistência.....	216
4	Impugnações a favor do crédito (reclamações do credor).....	216
4.1	Impugnação para inclusão do crédito.....	216
4.2	Impugnação quanto ao valor ou classificação do crédito.....	217
4.3	Competência, procedimento e decisão.....	218
5	Habilitações retardatárias.....	219
6	Créditos fazendários.....	220
7	Créditos trabalhistas.....	222
8	Ações em trâmite.....	223
9	Consolidação do quadro geral de credores.....	223
10	Alterações do quadro geral de credores.....	224
10.1	Inclusão no quadro geral de credores.....	224
10.2	Retificação do quadro geral de credores.....	225
10.2.1	Legitimidade ativa.....	225
10.2.2	Fundamentos.....	226
10.2.3	Competência.....	227
10.2.4	Procedimento.....	228
10.2.5	Decisão.....	228
10.2.6	Pagamento do crédito questionado.....	229
11	Credores particulares do sócio de responsabilidade ilimitada.....	229
<b>Capítulo 9 – Plano de recuperação judicial.....</b>		<b>231</b>
1	Elaboração do plano de recuperação judicial.....	231
2	Elementos do plano de recuperação judicial.....	231
2.1	Laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens.....	232
2.2	Demonstração de viabilidade econômica.....	232
2.3	Meios de recuperação.....	233
3	Exemplos de meios de recuperação.....	233
3.1	Medidas financeiras.....	234
3.2	Medidas societárias.....	235
3.2.1	Reorganizações.....	235
3.2.2	Incorporação, fusão e cisão.....	236
3.2.2.1	Intervenção do CADE.....	236
3.2.3	Capitalização de dívidas.....	237
3.3	Medidas referentes à gestão do devedor.....	238
3.4	Medidas para captação de recursos.....	238
3.5	Transferência da atividade.....	239
4	Limitações ao plano.....	240
4.1	Créditos trabalhistas e de acidente de trabalho.....	240
4.2	Garantias reais.....	241

4.3	Varição cambial .....	242
5	Apresentação do plano de recuperação judicial .....	242
5.1	Apresentação pelo devedor .....	242
5.2	Apresentação do plano alternativo pelos credores .....	243
<b>Capítulo 10 – Apreciação do plano de recuperação judicial .....</b>		<b>246</b>
1	Manifestação dos credores sobre o plano apresentado pelo devedor .....	246
1.1	Aprovação tácita .....	246
1.2	Objecção .....	247
2	Análise do plano pela assembleia dos credores .....	247
2.1	Fase de discussão: alterações no plano de recuperação .....	248
2.2	Fase de votação do plano .....	249
2.2.1	Aprovação do plano de recuperação .....	249
2.2.2	Aprovação alternativa do plano de recuperação .....	252
2.2.3	Adesão ao plano .....	254
2.2.4	Rejeição do plano .....	254
3	Limites da atuação jurisdicional .....	255
3.1	Teoria do voto abusivo .....	256
3.2	<i>Cram down</i> .....	257
3.2.1	A experiência dos Estados Unidos .....	257
3.2.2	Aplicabilidade ao Brasil .....	258
3.3	Critério tetrafásico de atuação jurisdicional .....	260
<b>Capítulo 11 – Concessão e cumprimento da recuperação judicial .....</b>		<b>261</b>
1	Apresentação de certidões negativas de débitos tributários .....	261
1.1	Não apresentação das certidões .....	262
2	Concessão da recuperação judicial .....	266
2.1	Vinculação de todos os credores .....	267
2.2	Novação .....	268
2.2.1	Retomada ou extinção das ações suspensas contra o devedor .....	271
2.2.2	A situação dos codevedores e garantidores .....	272
2.3	Formação de título executivo judicial .....	273
2.4	Alienação de filiais e unidades produtivas .....	273
2.4.1	Forma de alienação .....	274
2.4.2	Responsabilidade do adquirente .....	275
3	Cumprimento da recuperação .....	276
3.1	Período de observação .....	277
3.2	Medidas posteriores ao período de observação .....	279
4	Relações jurídicas do devedor nascidas durante a recuperação judicial .....	279
4.1	Obrigações contraídas durante a recuperação judicial .....	280
4.2	Financiamento do devedor durante a recuperação judicial .....	281



5	Extinção do processo de recuperação judicial .....	282
6	Afastamento.....	284
6.1	Abrangência.....	284
6.2	Hipóteses legais .....	285
6.2.1	Condenação criminal definitiva .....	285
6.2.2	Indícios veementes de crimes falimentares.....	286
6.2.3	Dolo, simulação ou fraude em face dos credores.....	287
6.2.4	Gastos pessoais excessivos .....	287
6.2.5	Despesas injustificáveis .....	288
6.2.6	Descapitalização injustificada.....	289
6.2.7	Simulação ou omissão na lista de credores .....	289
6.2.8	Negativa de prestação de informações.....	290
6.2.9	Previsão do plano de recuperação .....	290
6.2.10	Omissão na prestação de contas mensais.....	290
6.3	Decisão de afastamento.....	291
6.4	Substituição .....	291
6.4.1	Substituição do empresário individual.....	291
6.4.2	Substituição do administrador de sociedade .....	293
7	Convolução em falência.....	293

## **Capítulo 12 – Recuperação judicial especial .....**

1	Noções gerais.....	296
2	Sujeitos .....	297
2.1	Devedor enquadrado como ME ou EPP e produtor rural pessoa física.....	297
2.2	Créditos abrangidos.....	299
3	Pedido e processamento.....	299
4	Plano especial de recuperação .....	300
5	Procedimento.....	301

## **Capítulo 13 – Recuperação extrajudicial .....**

1	Noções gerais.....	304
2	Sujeitos .....	305
2.1	Devedor .....	305
2.2	Créditos abrangidos.....	306
3	Modalidades.....	307
3.1	Recuperação extrajudicial de homologação facultativa .....	307
3.2	Recuperação extrajudicial de homologação obrigatória .....	308
4	Homologação.....	309
4.1	Requisitos subjetivos .....	310
4.2	Requisitos objetivos .....	311
4.3	Pedido de homologação.....	312

4.4	Procedimento da homologação.....	313
5	Efeitos da homologação.....	315
<b>Capítulo 14 – Falência</b> .....		316
1	Noções gerais.....	316
2	Natureza.....	317
3	Fases da falência.....	319
3.1	Fase pré-falimentar.....	319
3.2	Fase falimentar.....	319
3.3	Fase pós-falimentar.....	320
4	Objetivos.....	320
5	Princípios.....	322
5.1	Igualdade entre os credores.....	323
5.2	Celeridade processual.....	323
5.3	Economia processual.....	324
6	Pressupostos de instauração da falência.....	324
<b>Capítulo 15 – Legitimidade passiva específica</b> .....		327
1	Falência como regime especial.....	327
2	Submissão à falência.....	328
2.1	Situações especiais.....	329
2.2	Empresários irregulares.....	330
2.3	Empresário indireto.....	330
3	Exclusões.....	331
3.1	Exclusão absoluta.....	332
3.2	Exclusão relativa.....	333
4	Perda da legitimação.....	334
4.1	Morte do empresário individual.....	335
4.2	Encerramento das atividades.....	336
4.3	Liquidação da sociedade anônima.....	337
<b>Capítulo 16 – Insolvência</b> .....		339
1	A insolvência.....	339
2	Sistemas de presunção de insolvência.....	339
2.1	Sistema do patrimônio deficitário.....	339
2.2	Sistema da incapacidade de pagar.....	340
2.3	Sistema da cessação de pagamentos.....	340
2.4	Sistema da impontualidade.....	341
2.5	Sistema da enumeração legal.....	341
3	A insolvência no sistema brasileiro.....	341

3.1	Confissão do devedor.....	341
3.2	Impontualidade injustificada.....	342
3.2.1	Inadimplência.....	342
3.2.2	Dívida líquida constante de título executivo.....	343
3.2.3	Valor superior a 40 salários mínimos.....	344
3.2.4	Prova da impontualidade.....	344
3.3	Execução frustrada.....	346
3.4	Atos de falência.....	350
3.4.1	Liquidação precipitada.....	350
3.4.2	Utilização de meios ruinosos ou fraudulentos.....	351
3.4.3	Intenção de fraudar credores ou retardar pagamentos.....	352
3.4.4	Trespasse irregular.....	353
3.4.5	Simulação da transferência do principal estabelecimento.....	354
3.4.6	Outorga ou reforço de garantia.....	356
3.4.7	Abandono de estabelecimento.....	357
3.4.8	Descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação judicial.....	358
3.5	Reconhecimento de processo estrangeiro principal.....	359

<b>Capítulo 17 – Decretação judicial da falência.....</b>	<b>360</b>
1 Falência como estado de direito.....	360
2 Convolução da recuperação judicial em falência.....	360
3 Autofalência.....	361
3.1 Legitimidade.....	362
3.2 Pedido.....	364
3.3 Procedimento.....	365
4 Pedido de falência.....	367
4.1 Legitimidade ativa.....	367
4.1.1 Qualquer credor.....	367
4.1.1.1 Créditos vincendos.....	367
4.1.1.2 Credor empresário.....	368
4.1.1.3 Credor domiciliado fora do Brasil.....	368
4.1.1.4 Credores fiscais.....	369
4.1.2 Herdeiros, inventariante e cônjuge sobrevivente.....	370
4.1.3 Sócios ou acionistas.....	372
4.2 Juízo competente.....	373
4.3 Despacho inicial e citação.....	374
4.4 Posturas do devedor.....	375
4.4.1 Pedido de recuperação judicial.....	375
4.4.2 Depósito elisivo.....	377
4.4.3 Contestação.....	379
4.4.4 Inércia.....	380

4.5	Conciliação, saneamento e instrução .....	381
4.6	Decisão do pedido de falência.....	382
4.6.1	Denegação do pedido .....	382
4.6.1.1	Indenização de danos causados ao devedor .....	383
4.6.1.2	Indenização de danos causados a terceiros .....	385
4.6.2	Decisão de decretação da falência .....	386
5	Decretação judicial da falência .....	386
5.1	Elementos .....	386
5.1.1	Síntese do pedido, identificação do falido e dos administradores da sociedade falida.....	386
5.1.2	Termo legal.....	387
5.1.3	Continuação do processo .....	390
5.1.3.1	Providências para a formação da massa de credores .....	390
5.1.3.2	Providências relacionadas à massa falida objetiva .....	392
5.1.3.3	Suspensão das execuções, dos atos de apreensão e constritivos e da prescrição contra o devedor .....	392
5.1.3.4	Órgãos no processo de falência .....	392
5.1.3.5	Comunicações e diligências adicionais .....	393
5.1.4	Prisão preventiva .....	393
5.1.5	Continuação dos negócios e lacração do estabelecimento .....	394
5.2	Publicidade.....	395
5.3	Recursos .....	395
5.4	Natureza .....	396

## **Capítulo 18 – Efeitos da falência quanto à pessoa do falido..... 400**

1	Quem é considerado falido? .....	400
1.1	Sócios de responsabilidade ilimitada .....	400
1.2	Empresário indireto.....	402
2	Atribuição de responsabilidades a terceiros na falência .....	403
2.1	Desconsideração da personalidade jurídica no processo falimentar .....	404
2.2	Aplicação processual da desconsideração no processo falimentar .....	407
2.3	Quem pode ser atingido pela desconsideração?.....	407
3	Efeitos da falência quanto à pessoa do falido .....	409
3.1	Inabilitação empresarial.....	409
3.2	Capacidade processual do falido.....	411
3.3	Sigilo de correspondência .....	412
3.4	Obrigações do falido .....	413
3.4.1	Termo de comparecimento nos autos .....	413
3.4.2	Entrega de bens, livros, papéis e documentos .....	415
3.4.3	Restrições à liberdade de locomoção .....	416

3.4.4	Comparecimento aos atos da falência e manifestações.....	417
3.4.5	Prestação de informações e lista de credores.....	418
3.4.6	Auxílio ao administrador judicial.....	419
3.4.7	Descumprimento das obrigações .....	419
3.5	Direitos do falido.....	420
3.6	Dissolução da sociedade falida.....	421
<b>Capítulo 19 – Efeitos da falência quanto às obrigações do falido.....</b>		<b>423</b>
1	Introdução.....	423
2	Vencimento antecipado.....	424
3	Conversão cambial .....	426
4	Suspensão condicional da exigibilidade dos juros posteriores à falência .....	426
4.1	Obrigações com garantia real.....	427
4.2	Debêntures.....	428
5	Formação do juízo universal e indivisível.....	429
5.1	Ações anteriores à falência.....	429
5.2	Ações trabalhistas .....	430
5.3	Causas fiscais.....	430
5.4	Ações não falimentares.....	430
5.5	Ações cuja competência é definida pela Constituição .....	431
5.6	Ações imobiliárias.....	432
5.7	Ações que demandam quantias ilíquidas com litisconsórcio entre a Fazenda Pública e a Massa Falida .....	432
5.8	Procedimentos arbitrais.....	433
6	Suspensão das execuções.....	434
6.1	Ações que demandem quantias ilíquidas .....	434
6.2	Execuções fiscais .....	435
6.3	Execuções com hasta pública já designada .....	435
6.4	Ações sem conteúdo econômico.....	436
7	Suspensão da prescrição.....	436
8	Suspensão do direito de retirada e do recebimento do valor das quotas ou ações.....	438
8.1	Direito de retirada.....	438
8.2	Pagamento aos sócios ou acionistas .....	439
9	Suspensão do direito de retenção.....	440
10	Compensação das obrigações do falido.....	441
10.1	Requisitos da compensação na falência.....	442
10.2	Créditos não compensáveis.....	444
10.3	Reconhecimento da compensação.....	445
10.4	Saldos bancários e compensação.....	445

<b>Capítulo 20 – Efeitos da falência quanto aos contratos do falido</b> .....	448
1 A falência e os contratos do falido.....	448
2 Contratos bilaterais: regra geral.....	448
2.1 Decisão pela resolução do contrato.....	449
2.2 Decisão pela continuação do contrato.....	450
2.3 Interpelação.....	451
2.4 Indenização pelo não cumprimento.....	452
2.5 Cláusula resolutória expressa.....	454
3 Contratos unilaterais.....	455
4 Contratos de compra e venda.....	456
4.1 Mercadorias em trânsito.....	456
4.2 Venda de coisas compostas.....	457
4.3 Venda para pagamento em prestações.....	458
4.4 Compra e venda com reserva de domínio.....	459
4.5 Vendas a termo.....	460
5 Promessa de compra e venda de imóveis.....	461
6 Contratos administrativos.....	462
7 Locação.....	462
8 Mandato.....	463
9 Conta-corrente.....	464
10 Contratos de sociedade.....	464
11 Incorporação imobiliária.....	465
12 Acordos para compensação e liquidação no sistema financeiro.....	466
13 Outros contratos.....	467
13.1 Abertura de crédito.....	467
13.2 Seguro.....	467
13.3 Alienação fiduciária em garantia.....	468
13.4 <i>Leasing</i> .....	469
13.5 Franquia.....	469
13.6 <i>Factoring</i> .....	470
13.7 Securitização de recebíveis.....	472
13.8 Cartão de crédito.....	473
13.9 Contrato de trabalho.....	474

<b>Capítulo 21 – Efeitos da falência quanto aos bens do falido</b> .....	475
1 Submissão dos bens do falido ao processo: formação da massa falida objetiva.....	475
1.1 Bens absolutamente impenhoráveis.....	475
1.2 Patrimônios de afetação.....	479
2 Privação dos poderes de administração e disposição sobre os bens do falido.....	480

<b>Capítulo 22 – A fase falimentar do processo</b> .....	482
1 Início da fase falimentar .....	482
2 Apuração do passivo .....	482
2.1 Fase administrativa .....	483
2.2 Fase contenciosa e quadro geral de credores .....	483
3 Apuração do ativo .....	484
4 Realização do ativo .....	485
5 Pagamento do passivo .....	485
<b>Capítulo 23 – Apuração do ativo</b> .....	486
1 Arrecadação dos bens, livros e documentos do devedor .....	486
1.1 Livros e documentos .....	487
1.2 Bens .....	487
1.3 Não submissão à arrecadação .....	489
2 Inventário e avaliação dos bens, livros e documentos arrecadados .....	490
3 Guarda e conservação da massa falida .....	491
3.1 Continuação dos negócios .....	491
3.2 Produção de renda com os bens arrecadados .....	492
3.3 Possibilidade de venda imediata .....	493
4 Ação de responsabilidade .....	495
4.1 Cabimento da ação contra os sócios de responsabilidade limitada .....	497
4.1.1 Responsabilidade dos sócios da sociedade limitada .....	497
4.1.2 Responsabilidade dos acionistas da sociedade anônima .....	497
4.2 Responsabilidade do controlador .....	498
4.3 Responsabilidade dos administradores .....	500
<b>Capítulo 24 – Ineficácia dos atos praticados pelo falido</b> .....	502
1 Ineficácia dos atos praticados pelo falido .....	502
2 Ineficácia objetiva .....	503
2.1 Cabimento .....	504
2.1.1 Atos praticados dentro do termo legal .....	504
2.1.1.1 Pagamento antecipado .....	505
2.1.1.2 Pagamento por meios diversos .....	506
2.1.1.3 Instituição ou reforço de garantia real .....	507
2.1.2 Atos praticados nos dois anos anteriores à falência .....	508
2.1.2.1 Atos a título gratuito .....	509
2.1.2.2 Renúncia à herança ou legado .....	511
2.1.3 Trespasse ineficaz .....	511
2.1.4 Registros imobiliários .....	512
2.1.5 Reembolso de ações .....	514
2.2 Declaração judicial de ineficácia .....	514

2.2.1	Ação declaratória de ineficácia.....	515
2.2.2	Prazo.....	515
2.2.3	A decisão declaratória de ineficácia.....	516
2.2.4	Recurso.....	516
3	Ineficácia subjetiva.....	517
3.1	Cabimento.....	518
3.2	Legitimidade e competência.....	519
3.3	Prazo.....	520
3.4	Processamento, decisão e recurso.....	521
4	Sequestro.....	522
5	Securitização de recebíveis.....	522
<b>Capítulo 25 – Pedido de restituição e embargos de terceiro.....</b>		<b>524</b>
1	Ajustes na apuração do ativo.....	524
2	Pedido de restituição.....	524
2.1	Cabimento.....	525
2.1.1	Pedido de restituição geral.....	525
2.1.1.1	Alienação fiduciária em garantia.....	526
2.1.1.2	Cessão fiduciária de direitos creditórios.....	526
2.1.1.3	<i>Leasing</i> .....	527
2.1.1.4	Depósito.....	528
2.1.2	Pedido de restituição especial.....	529
2.1.3	Pedido de restituição em dinheiro.....	531
2.1.3.1	Sucedâneo do pedido de restituição geral.....	531
2.1.3.2	Adiantamento de contrato de câmbio.....	532
2.1.3.3	Valores gastos por terceiros de boa-fé em atos declarados ineficazes.....	532
2.1.3.4	Dinheiro em poder do falido sobre o qual ele não tenha disponibilidade.....	532
2.2	Procedimento.....	534
2.3	Decisão, recurso e cumprimento.....	535
3	Embargos de terceiro.....	537
<b>Capítulo 26 – Realização do ativo.....</b>		<b>539</b>
1	Alienação da massa falida.....	539
2	Formas de alienação.....	540
3	Modalidade ordinária de alienação: leilão.....	541
4	Modalidades alternativas de alienação.....	542
4.1	Decisão dos credores.....	542
4.2	Decisão do juiz.....	544
5	Liquidação sumária: adjudicação e venda direta aos credores.....	545



6	Venda imediata.....	546
7	Ausência de sucessão dos adquirentes.....	547
8	Impugnações.....	549
<b>Capítulo 27 – Pagamento do passivo</b> .....		550
1	A ordem de pagamento.....	550
2	Créditos extraconcursais.....	552
2.1	Créditos prioritários (Lei n. 11.101/2005 – art. 84, I-A, c/c os arts. 150 e 151)....	552
2.2	Financiamentos ao devedor em recuperação judicial.....	554
2.3	Pedidos de restituição em dinheiro.....	554
2.4	Administrador judicial, seus auxiliares, membros do comitê empregados da massa.....	555
2.5	Negócios firmados pelo devedor durante a recuperação judicial.....	556
2.6	Quantias fornecidas pelos credores.....	556
2.7	Despesas do processo de falência.....	556
2.8	Custas das ações em que a massa falida seja vencida.....	556
2.9	Outras dívidas da massa falida.....	557
3	Créditos concursais.....	557
3.1	Créditos decorrentes da legislação do trabalho até 150 salários mínimos e créditos decorrentes de acidente de trabalho.....	558
3.1.1	Equiparados.....	559
3.1.2	Honorários de profissionais liberais.....	560
3.2	Créditos com garantia real.....	561
3.3	Créditos tributários.....	561
3.4	Créditos quirografários.....	562
3.5	Multas.....	563
3.6	Créditos subordinados.....	563
4	Realização dos pagamentos.....	564
5	Reservas de valores.....	565
<b>Capítulo 28 – Encerramento do processo e extinção das obrigações</b> .....		568
1	Fim do processo falimentar.....	568
1.1	Prestação de contas.....	568
1.2	Relatório final.....	570
1.3	Sentença de encerramento.....	570
2	Extinção das obrigações.....	571
2.1	Cabimento.....	571
2.2	Declaração da extinção das obrigações.....	573
2.3	Extinção dos créditos extraconcursais.....	575
3	Dissolução da sociedade falida.....	575

<b>Capítulo 29 – Das disposições penais em matéria de falência e recuperação de empresas.....</b>	<b>576</b>
1 Crimes falimentares .....	576
2 Dos crimes em espécie.....	577
2.1 Fraude a credores.....	577
2.2 Violação de sigilo empresarial.....	578
2.3 Divulgação de informações falsas.....	579
2.4 Indução a erro.....	580
2.5 Favorecimento de credores.....	580
2.6 Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	581
2.7 Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	581
2.8 Habilitação ilegal de crédito.....	582
2.9 Exercício ilegal de atividade.....	583
2.10 Violação de impedimento .....	583
2.11 Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	584
3 Condição objetiva de punibilidade.....	584
4 Prescrição.....	585
5 Princípio da unicidade dos crimes falimentares.....	585
6 Ação penal.....	587
7 Competência.....	587
8 Procedimento.....	589
9 Efeitos da sentença condenatória.....	590
10 Desobediência falimentar .....	591
<b>Capítulo 30 – Regimes especiais de enfrentamento de crises.....</b>	<b>593</b>
1 Necessidade de regimes especiais.....	593
2 Regimes especiais para instituições financeiras.....	593
2.1 Intervenção.....	594
2.1.1 Decretação .....	595
2.1.2 Efeitos da intervenção.....	595
2.1.3 Interventor .....	596
2.1.4 Fim da intervenção.....	596
2.2 Regime de administração especial temporária (RAET).....	597
2.3 Liquidação extrajudicial.....	598
2.3.1 Decretação .....	599
2.3.2 Efeitos.....	599
2.3.3 Liquidante.....	601
2.3.4 Procedimento da liquidação.....	602
2.3.4.1 Verificação de créditos .....	602
2.3.4.2 Realização do ativo e pagamento do passivo.....	604
2.3.5 Encerramento da liquidação.....	604
2.4 Responsabilidade civil dos ex-administradores .....	604

2.4.1	Natureza .....	605
2.4.2	Apuração da responsabilidade.....	607
2.4.3	Indisponibilidade de bens.....	608
2.5	Responsabilização dos controladores.....	609
3	Seguradoras.....	609
4	Operadoras de planos de saúde.....	612
5	Entidades de previdência complementar.....	613
6	Aviação comercial.....	614
7	Concessionárias de energia elétrica.....	615
<b>Capítulo 31 – Insolvência transnacional.....</b>		<b>618</b>
1	Insolvência transnacional .....	618
1.1	Teorias.....	618
1.2	Conceitos fundamentais.....	620
2	Objetivos.....	621
3	Reconhecimento do processo estrangeiro.....	622
4	Medidas de assistência.....	623
4.1	Suspensão das execuções, da prescrição e das medidas relativas ao patrimônio do devedor .....	623
4.2	Restrição à disponibilidade de bens do ativo do devedor.....	624
4.3	Administração, realização e destinação do ativo do devedor.....	624
4.4	Produção de provas .....	625
4.5	Ineficácia dos atos do devedor.....	625
5	Cooperação com autoridades e representantes estrangeiros.....	625
6	Processos concorrentes .....	626
<i>Referências.....</i>		<i>629</i>